



UEPB

Universidade

Estadual da Paraíba

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

CAMPUS I – CAMPINA GRANDE

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (HAB. JORNALISMO)

ANDRÉ LUIS MACEDO DE SOUSA

**PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS EM PAUTA: UMA
ANÁLISE DA REVISTA PLANETA**

**CAMPINA GRANDE – PB
2016**

ANDRÉ LUIS MACEDO DE SOUSA

**PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS EM PAUTA: UMA
ANÁLISE DA REVISTA PLANETA**

Trabalho de Conclusão de Curso na modalidade Artigo Científico, apresentado à coordenação do curso de Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social.

Orientadora: Profa. Me. Verônica Almeida de Oliveira Lima.

Campina Grande – PB
2016

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S725p Sousa, André Luis Macedo de
Planejamento e gestão de recursos hídricos em pauta
[manuscrito] : uma análise da Revista planeta / André Luis
Macedo de Sousa. - 2016.
28 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo) -
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais
Aplicadas, 2016.
"Orientação: Profa. Ma. Verônica Almeida de Oliveira Lima,
Departamento de Comunicação Social".

1. Jornalismo ambiental. 2. Semiótica do discurso. 3.
Gestão Hídrica. 4. Revista planeta. I. Título.

21. ed. CDD 070.4

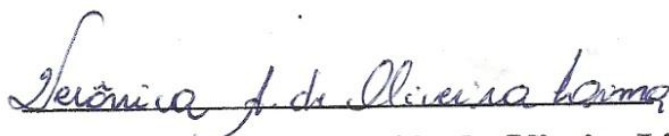
ANDRÉ LUIS MACEDO DE SOUSA

**PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS EM PAUTA: UMA
ANÁLISE DA REVISTA PLANETA**

Aprovada em: 16 de setembro de 2016.

Trabalho de Conclusão de Curso na modalidade Artigo Científico, apresentado à coordenação do curso de Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social.

BANCA EXAMINADORA



Prof.(a) Me. Verônica Almeida de Oliveira Lima
Universidade Estadual da Paraíba – UEPB
(Orientador)



Prof.(a) Dr – Antônio Simões Menezes
Universidade Estadual da Paraíba – UEPB
(1º Examinador)



Prof.(a) Drª – Ada Keesa Guedes Bezerra
Universidade Estadual da Paraíba – UEPB
(2º Examinador)

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo conforto em todos os reveses e pelo equilíbrio em todas as venturas.

À família, por - a despeito dos maus resultados - sempre acreditar e incentivar a busca contínua por dias gloriosos.

À mui querida amiga Renata Fabrício, pela amizade, pelo incentivo, pela inspiração e por todas as lições que contribuíram para o meu desenvolvimento enquanto jornalista e enquanto ser humano.

À minha orientadora, Verônica Almeida de Oliveira Lima, por seu incomensurável esforço para que este trabalho fosse possível e por todos os seus ensinamentos sobre a vida acadêmica e para além da academia.

Aos professores Hipólito Lucena, Ingrid Fachine, Antônio Simões, Adriana Alves, Léo Alves, Socorro Palitó, Carlos Barros, Fernando Firmino, Arão de Azevedo, Cidoval Moraes, Moisés de Araújo e Custódio da Silva; por me ensinarem a amar o jornalismo e a desejar fazê-lo de forma ética.

Aos jornalistas amigos Artur Lira, Flávio Evangelista, Laís Sousa, Pedro Mota, Júlio César Rolim, Mozart Oliveira, Valdênia Soares e Jefferson Barbosa por cada gesto e por cada palavra fraterna.

À senhorita Genesys Millan e ao amigo Juarez Moura, por me incitarem a desbravar horizontes.

Ao augusto amigo Eduardo Leite, pela voz sábia e pelos ouvidos pacientes.

E, por fim, à briosa Universidade Estadual da Paraíba, por tudo!

À memória do altivo jornalista Alberto Carlos de Macedo, DEDICO.

PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS EM PAUTA: UMA ANÁLISE DA REVISTA PLANETA

André Luis Macedo de Sousa¹
Verônica Almeida de Oliveira Lima²

RESUMO

Este trabalho busca contribuir com os estudos do jornalismo ambiental investigando a aplicabilidade das suas funções e de seus principais conceitos. Através de uma revisão bibliográfica, estudou-se a cobertura da Revista Planeta, da Editora Três, no ápice da crise hídrica no Sudeste, compreendido entre setembro de 2014 e setembro de 2015. Para tanto, discutiu-se o conceito de entropia e a necessidade de estabelecimento de uma nova ética ambiental (LEFF, 2010), situou-se o jornalismo ambiental como um dos responsáveis pela propagação desta “nova ética” (BUENO, 2007) e, por fim, utilizando o método da semiótica do discurso (BARROS, 2008), analisou-se o objeto de estudo, buscando suas funções e os atores sociais que tiveram direito à voz. Ao final desta pesquisa, compreendemos que os textos em estudo, mesmo apresentando alguns problemas, atendem às três funções do jornalismo ambiental, o que mostra um periódico caminhando na direção deste segmento.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo Ambiental; Semiótica do Discurso; Gestão Hídrica.

INTRODUÇÃO

Desde a década de 1990, intensificou-se as críticas à insustentabilidade dos meios de produção. Notou-se que a atividade humana vinha causando danos irreversíveis ao meio ambiente, em nome de uma lógica cruel de exploração e consumo, que se havia incrustado no modo de viver da humanidade. Neste contexto, o jornalismo teria um dever ético de trazer temas relativos à degradação ambiental para o centro das discussões, contudo, não se pode desconsiderar o caráter industrial da empresa jornalística, que – como tal – participa de redes

¹ Aluno de Graduação em Comunicação Social na Universidade Estadual da Paraíba – Campus I.
E-mail: andre_macedo@hotmail.com.br

² Professora orientadora. Mestre em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba. Professora do Departamento de Comunicação Social da Universidade Estadual da Paraíba. E-mail: veronicajornalista@yahoo.com.br

de relacionamento, tem compromissos financeiros para honrar e precisa estar em busca contínua por meios de melhorar seus resultados financeiros. Esta constatação nos leva a refletir se seria possível conciliar os dois lados de tão complexa dicotomia. Poderia a empresa jornalística se viabilizar enquanto tal e, concomitantemente, cumprir o seu dever se ser “os olhos e ouvidos da população”? E, para além deste questionamento, se esforçariam os profissionais da imprensa nesta direção? Buscar-se-á discutir tais problemas através do exame de duas matérias da Revista Planeta acerca da crise hídrica. Neste exame, levando-se em conta os conceitos fundamentais do jornalismo ambiental, será possível observar quais as funções predominantes em cada texto, assim como a quem é dado o direito a voz.

A Revista Planeta, editada pela Editora Três, propõe-se a – dentre outros temas – abordar questões relacionadas “à sustentabilidade, ao meio ambiente e à responsabilidade social”³. Com periodicidade mensal e uma tiragem superior a oitenta mil exemplares por edição, a revista se classifica como uma “revista para quem transforma o mundo e se transforma com ele”⁴. Sessenta e oito por cento de seus leitores são das classes A e B, quarenta e quatro por cento têm nível superior e cinquenta e oito por cento tem mais de vinte e nove anos.

A Editora Três, responsável dentre outras publicações pelas revistas Istoé, Dinheiro Rural e Planeta, tem por missão “ajudar a formar cidadãos mais preparados, críticos e conscientes em relação às pautas mais relevantes do nosso país”⁵. No mercado desde 1972, a empresa está sediada em São Paulo e tem suas revistas distribuídas em todo país.

O país vive uma das secas mais severas das últimas décadas, tão intensa que – além dos problemas de abastecimento de água – tem implicado problemas relativos à energia elétrica. Este fato, já seria suficiente para garantir noticiabilidade às questões relacionadas com a água, ainda mais quando nos referimos a um periódico que se propõe a discutir, dentre outras temáticas, natureza, ecologia, sustentabilidade, questões ambientais e responsabilidade social.

Por essas razões, é possível pensar que esta investigação, contribuirá para os estudos acerca do jornalismo ambiental. Para tanto, trataremos; no primeiro item; sobre a necessidade ética de se questionar o paradigma de desenvolvimento no qual estamos inseridos. No segundo item, será realizada uma reflexão acerca do caráter ético de um jornalismo ambiental militante e da imparcialidade no jornalismo. No terceiro item serão apresentados conceitos

³ <http://www.revistaplaneta.com.br/>

⁴ <https://www.assine3.com.br/revista/planeta>

⁵ <http://www.editora3.com.br/sobrenos.php>

elementares da semiótica do discurso que ajudarão a compreender as estruturas dos textos. No item seguinte serão realizadas análises nas duas reportagens e notícias que trataram da crise hídrica, na Revista Planeta, no período de Abril de 2014 a Abril de 2015, com o intuito de avaliar quão comprometida está a empresa com a responsabilidade ambiental. E, por fim, à guisa de conclusão, far-se-ão ponderações sobre a teoria e o corpus, expondo as hipóteses e suas implicações.

O corte temporal mencionado no parágrafo acima, corresponde ao período do ápice da crise hídrica na região Sudeste, justificando, assim, uma maior repercussão na imprensa em relação ao tema. O critério de seleção das duas matérias em análise foi à pertinência em relação à temática do planejamento e gestão de recursos hídricos e a sua relação com a atípica escassez do período.

1. Sobre meio ambiente e a necessidade de se questionar axiomas

A questão ambiental tem se tornado assunto de conferências, plataformas de governo e periódicos jornalísticos, principalmente, após a década de 1990. Conferências, encontros e acordos multilaterais têm sido realizados para discutir a atual crise ambiental e as alternativas para atenuar os efeitos das ações humanas. A atual fase do sistema capitalista, que privilegia a lógica do consumo, está levando o planeta ao que se chama de morte entrópica⁶. Assim, qualquer medida que se venha a construir sobre tais alicerces estará fadada a repetir os mesmos erros que vem sendo cometidos, é necessário que se pense por uma nova perspectiva. O teórico Enrique Leff postula que existem outros caminhos possíveis para o desenrolar da história da humanidade, aberturas que devem ter a busca estimulada:

A sustentabilidade não poderá surgir da extrapolação dos atuais processos inerciais que desencadeiam tendências e eventos para a morte entrópica do planeta. O futuro aparece como um projeto a ser construído, sustentado em uma nova racionalidade, em que o pensamento, a fala e o sentimento reativem o sentido da vida e reneguem os potenciais da natureza (LEFF, 2010, p. 78).

⁶ Em sua obra, Enrique Leff trata da temática da *entropia* definida como um dismantelamento do sistema, de forma a conduzi-lo ao caos. Aplicando o conceito ao meio ambiente, a morte entrópica do planeta vem a designar o conjunto de processos de exploração dos recursos naturais que estão indo além da capacidade de recuperação do mesmo, de forma a desordenar o sistema.

Olhando nesta direção, precisamos dar a devida importância à natureza, ao invés de relegar-lhe o papel de peça na engrenagem do desenvolvimento humano. O progresso é uma grandeza a ser continuamente buscada, porém não ameaçando a existência da espécie.

O atual modelo de desenvolvimento, baseado na exploração predatória dos recursos naturais e no consumo desenfreado de bens e serviços, tem se mostrado insustentável. Entretanto, o *establishment* econômico-científico tem insistido na defesa do sistema de consumo que está conduzindo o mundo por um caminho perigoso. É preciso ousadia para questionar axiomas, rever “verdades” e difundir que outro modelo é possível (LEFF, 2010).

O problema de se pensar um novo modo de vida reside no fato de que nada que seja construído, tendo como base o atual modelo, implicará necessariamente em um meio ambiente equilibrado. Faz-se necessário pensar em uma nova ética, em um novo caminho. Afinal, quando a ética que nos rege foi concebida, alguns dos problemas que hoje nos assolam sequer existiam, não havendo a possibilidade de pensar neles. (JONAS, 2006).

O estabelecimento desta “nova ética” se apresenta como uma tarefa desafiadora, afinal, é necessário que a atual geração firme um compromisso não somente para consigo mesma, antes é imperativo que se leve em consideração a geração vindoura. O maior desafio desta proposta, reside no fato de que “o futuro não está representado em nenhuma instância; ele não é uma força que possa pesar na balança. Aquilo que não existe não faz nenhum *lobby*, e os não-nascidos são impotentes” (JONAS, 2006, p. 64). Deste modo, percebe-se que é necessário que se pondere acerca de uma ética fundada em bases novas, já que os problemas ambientais com que a atual geração precisa lidar, têm potencialidade para extinguir a espécie humana.

Deve-se ponderar que não se trata de uma apologia ao retrocesso ou mesmo a um freio no progresso, mas de uma rediscussão do conceito de liberdade, afinal, não se pode permitir que ela seja buscada de forma absoluta, colocando a humanidade genuflecta diante de uma soberania de mercado. Estabelecer axiomas sob novas bases e buscar o equilíbrio de nossas relações com o planeta é uma tarefa complexa, e, como projeto embrionário que é, requer paciência e busca contínua. Como afirma Jonas:

Nenhuma ética anterior vira-se obrigada a considerar a condição global da vida humana e o futuro distante, inclusive a existência da espécie. O fato de que hoje eles estejam em jogo exige, numa palavra, uma nova concepção de direitos e deveres, para a qual nenhuma ética e metafísica pode sequer oferecer os princípios, quanto mais uma doutrina acabada (JONAS, 2006, p. 41).

Mesmo sem oferecer uma doutrina, os teóricos desta ‘nova ética’ – como Enrique Leff e Hans Jonas – preparam as bases e são unânimes em postular que: é preciso corrigir a trajetória, respeitar a capacidade produtiva da terra, produzir sem a utilização de processos que degradem os biomas, combater as pragas sem prejudicar a saúde dos trabalhadores e dos que se alimentarão das plantações, respeitar a diversidade produtiva ao invés da implantação arbitrária da monocultura; dentre outras medidas; são escolhas éticas que transcendem o caráter econômico, antes dizem respeito à sustentabilidade e ao compromisso com a preservação da humanidade.

É necessário compreender o desenvolvimento para além do crescimento econômico. Mais do que isso, é preciso que pensemos a existência humana para além da lógica do mercado, nos vendo como espécie que – para garantir a sobrevivência – deve se esforçar para estar em harmonia com o meio ambiente, ao invés da visão tradicional que nos relega o mero papel de consumidores, conforme postula Henrique Leff:

A modernidade implantou em nossas consciências o fundamentalismo do mercado, a transparência do real através do conhecimento oferecido pelas ciências e na crença do progresso sem limites. Diante da crise ambiental, temos de nos atrever a questionar essas certezas que já não nos sustentam, para construir um mundo sustentável e abrir um futuro viável para a humanidade, baseados na racionalidade ambiental (LEFF, 2010, p. 33).

Deste modo, é possível afirmar que a crise ambiental que nos assola é um marco temporal, sendo o início de uma era baseada na complexidade ambiental ou de um tempo aonde os sistemas naturais serão consumidos pela entropia. É imperativo que a humanidade tome às rédeas de sua própria história.

A construção da sociedade baseada na sustentabilidade requer estratégias. Estas devem ter por princípio basilar a democratização do acesso a informações, pois somente a partir delas será possível uma tomada de consciência sobre o processo entrópico em que se encontra o planeta.

Não se pode pensar na classe política, apenas, como representantes de interesses escusos. Em parte das vezes, as decisões ambientais são tomadas de forma equivocada pela falta de conhecimento acerca do assunto, fato que aponta para a necessidade de todos os setores da sociedade cooperarem neste processo, tal cooperação só será possível através da circulação de informações (BARTHOLO JR & BURSZTYN, 2001).

Neste contexto, a educação ambiental e o jornalismo ambiental têm papel importante, pois ambos têm como princípio basilar um conceito de sustentabilidade que vai além da

manutenção do padrão atual de consumo. Ambos têm por objetivo a democratização do saber ambiental para que, só então, seja possível o debate e a conseqüente mudança de paradigma (BUENO, 2007).

2. Jornalismo Ambiental

O jornalismo ambiental é um seguimento do jornalismo e como tal se sujeita aos seus princípios fundamentais. Entretanto, algumas pequenas diferenças permitem diferenciá-lo da mera cobertura de fatos do meio ambiente realizada pelo chamado jornalismo convencional. Em suma, os teóricos desta categoria defendem que o jornalismo ambiental se utiliza dos “melhores” princípios do jornalismo, uma vez que: “O jornalismo ambiental é, antes de tudo, jornalismo (que é o substantivo, o núcleo da expressão) e deve ter compromisso com o interesse público, com a democratização do conhecimento com a ampliação do debate” (BUENO, 2007, p. 14).

Uma característica que diferencia este segmento é que ele não reivindica para si a propriedade da imparcialidade. Enquanto o jornalismo convencional tem, ideologicamente, esta característica como elemento identitário; o jornalismo ambiental defende a não existência de objetividade. Sendo assim, o *ethos* do periodista desta categoria de jornalismo reside no civismo e na defesa do direito difuso a um meio ambiente equilibrado, o que – de forma pragmática – não implica em uma revolução, mas em uma mudança no foco, inclinando a subjetividade humana na direção de suas próprias necessidades, ou, como defende Beatriz Dorneles:

[...] não estamos propondo nenhuma novidade prática, pois a atual cobertura já é parcial; ela protege, defende e dissemina interesses empresariais, subsidiados por agências e assessorias de comunicação. O que queremos é que a imprensa passe a defender explicitamente os interesses do povo, da sociedade como um todo, e não apenas da elite (DORNELLES, 2008, p. 47).

Se por um lado tal proposta apontaria na direção de um jornalismo cívico⁷, não podemos deixar de considerar a possibilidade daquela ameaçar a viabilidade do jornal enquanto tal. Afinal, a evolução, no sentido cronológico do termo, da empresa jornalística a aproximou financeira e ideologicamente do atual padrão de produção/consumo. Assim, a manutenção do modelo é a garantia de manutenção da própria mídia convencional. Deste modo, esta assume

⁷ Movimento jornalístico que entende a notícia como uma ferramenta de promoção da cidadania.

uma visão econômica das questões ambientais em um sistema que se retroalimenta e mantém grande parte da humanidade alheia ao caráter entrópico do atual paradigma (DORNELLES, 2008).

Seguindo o caminho oposto, o jornalismo ambiental parte do princípio de que “o jornalismo só é jornalismo quando consegue provocar reação, não apenas no nível da emoção, mas a reação necessária para gerar a dúvida, o desconforto; ou seja, para contribuir para a construção de uma outra sociedade” (TAVARES, 2001 *apud* ABREU, 2006, p. 76). Assim, mais do que alimentar a pretensão de fazer relatos objetivos da “realidade”, o jornalismo ambiental se esforça para ser uma convocação para o enfrentamento do atual modelo de desenvolvimento:

O jornalismo ambiental não pode abrir mão da militância, entendida aqui como compromisso primeiro e inadiável dos jornalistas com a conscientização, com a mobilização de braços e mentes, com a superação das desigualdades, com a denúncia dos grandes interesses (BUENO, 2007, p. 21).

Um compromisso desta natureza poderia alimentar a crença de que os profissionais deste segmento são superiores aos dos demais, mas se faz necessária a ponderação de que os profissionais do jornalismo convencional não constituem uma alcateia conspiradora que, em sua luta para defender os interesses das elites, terminam por omitir a verdade dos fatos. Não se pode deixar de levar em consideração as limitações orçamentárias, as políticas editoriais e as rotinas industriais a que estão submetidos. Estas rotinas atrapalham a cobertura das questões ambientais da forma como os teóricos da nova ética acreditam que a mesma deve se conduzir, a temática em questão deve ser baseada em rotinas, valores e critérios diferentes (LOOSE, 2008).

Para atingir a objetivos tão ousados, o fazer jornalismo ambiental se baseia em todo um arcabouço teórico que, ao invés de engessar o profissional, estabelece princípios que lhe oferecerão inúmeras possibilidades para material midiático. Um destes princípios estabelece as três funções básicas do seguimento:

A **função informativa** (própria da natureza do trabalho jornalístico) diz respeito à atualização do cidadão em relação aos temas relevantes do dia a dia que terão implicação na sua vida, ampliando a visão sobre posturas, processos e modelos que dizem respeito à questão ambiental (BUENO, 2008).

A **função pedagógica** se refere ao caráter educacional do jornalismo ambiental. Deste modo, mais do que noticiar um fato, o profissional deve buscar explicar as suas causas

e apontar caminhos para à sua resolução, tais caminhos “incluem necessariamente a participação dos cidadãos” (BUENO, 2008). Para que haja um melhor aproveitamento dos níveis de aprendizado humano, é visceral que o processo educacional não se limite aos métodos convencionais (NETTO, 1998), neste contexto, a mídia teria o papel de instruir os espectadores para a cidadania. O que se postula está longe de ser a defesa de um processo de “doutrinação”, mas de aproximação da ciência a todos os setores da sociedade para que, munidas de conhecimento, elas possam se tornar mais sustentáveis.

Por fim, esta categoria de jornalismo tem também a *função política*, no que se refere a mobilizar os cidadãos contra o atual modelo entrópico de desenvolvimento e contra todas as suas implicações que, de alguma forma, contribuirão para a aceleração da degradação do meio ambiente. Assim, pode-se afirmar que o jornalismo ambiental: “Es um periodismo que procura desarrollar la capacidad de las personas para participar y decidir sobre su forma de vida em la Tierra, para assumir em definitiva su ciudadanía planetária” (BACCHETTA, 2000, p. 18)⁸.

Para cumprir as funções supracitadas, a pauta ambiental deve ser trabalhada com o máximo de zelo, o que pressupõe – por exemplo – a necessidade de se basear em fatos concretos, assim como propor soluções possíveis de maneira a não enveredar na militância pela militância, mas contribuir para o bom funcionamento da sociedade.

Produtor e executor da pauta devem dominar os conceitos fundamentais daquilo que se propõe a escrever (BUENO, 2007), diminuindo, assim, à possibilidade de manipulação dos dados por parte das fontes que, enquanto sujeito produtor de um discurso, é “simbolicamente afetado pelas condições de produção do seu discurso” (ABREU, 2006, p. 84). A pauta ambiental deve, de igual modo, ter uma visão holística do assunto a que se propõe abordar. As questões que dizem respeito ao meio ambiente são complexas, de modo que é preciso estar atento para que o todo não seja reduzido, em uma reportagem, a uma de suas partes, redundando em uma cobertura superficial que termina por não informar, não explicar e nem mobilizar o cidadão.

A função pedagógica só será cumprida se o profissional do seguimento compreender a sua função de mediador entre a comunidade científica, os representantes democraticamente constituídos e o cidadão comum. Assim, os problemas ambientais – suas implicações, soluções, causas e efeitos – devem ser “traduzidos” e ilustrados de modo a tornarem-se

⁸ É uma categoria de jornalismo que busca desenvolver a capacidade das pessoas participarem e decidirem sua forma de vida na Terra, para assumir, definitivamente, sua cidadania planetária.

compreensíveis pelos não cientistas, permitindo ao cidadão comum compreender como o seu meio ambiente funciona e, munido de tal conhecimento, a sua participação no planejamento e a gestão dos recursos naturais de sua comunidade:

A pauta ambiental precisa, fundamentalmente, desempenhar uma função pedagógica, sistematizando conceitos, disseminando informações, conhecimentos e vivências, ou seja, dando condições para que o cidadão comum participe do debate (BUENO, 2007, p. 42).

Ao redor do mundo, os sistemas participativos de gerenciamento dos recursos naturais têm funcionado bem (TUNDISI & MATSUMURA-TUNDISI, 2011); integrar usuários, cientistas, classe política e entidades da sociedade civil organizada propiciará uma gestão mais democrática do planeta, entretanto, tal integração só será possível com a propagação de informação ambiental de qualidade e comprometida com a sustentabilidade.

A pauta ambiental não deve, também, limitar-se às catástrofes. Não se pretende, entretanto, ocultá-las; porém é necessário que se compreenda a possibilidade de pautas ambientais positivas. Pode-se informar, por exemplo, acerca de iniciativas de grupos ou de particulares que buscam reduzir o caráter entrópico das atividades humanas, assim como os novos avanços da ciência na mesma direção.

O estudo do jornalismo ambiental objetiva levar a uma discussão sobre o verdadeiro papel do jornalismo, de modo a lançar luzes sobre a tarefa ambígua da empresa jornalística que, para sobreviver, necessita de lucro; porém não pode esquecer a responsabilidade social que é a razão maior de sua existência (LUFT, 2005).

Quando o deputado inglês McCaulay reputou a atividade jornalística de “quarto poder” (TRAQUINA, 2008, p. 46), referia-se ao caráter fiscalizador dos poderes democraticamente constituídos por parte da imprensa. A democracia só funciona de forma efetiva quando um poder fiscaliza o outro de forma independente e harmônica, atribuir este *status* ao jornalismo implica mais em uma responsabilidade do que necessariamente em um poder, afinal “a mídia, quando funciona bem, força os sistemas político, social e econômico a continuamente se auto-examinarem e se renovarem” (FROME, 2008, p. 53).

Neste sentido; ao se colocar como patrono do interesse público, bastião do direito difuso a um meio ambiente equilibrado e paladino contra os processos que estão levando o planeta a um processo acelerado de degradação; o jornalismo ambiental luta para resgatar nobres tradições da profissão e aponta caminhos em direção ao civismo e ao enfrentamento de setores a que Brandão (2012) se referiu como forças do atraso.

2.1 Objetividade jornalística: uma possibilidade?

O processo de formação da identidade jornalística é resultado de forças tangíveis e intangíveis que entraram em rota de colisão durante a passagem dos séculos. A sociedade industrial necessitava de notícias como que sendo o resultado de uma “linha de produção da informação”, industrializando, também, suas técnicas de produção e partindo da uma pré-suposição da existência de um “leitor industrializado”.

O paradigma industrial de produção de notícias foi catalisador de processos que geraram problemas para as gerações de jornalistas que o sucederam (sobretudo no que se refere aos chamados jornalistas pós-industriais), a identidade jornalística parte do pré-suposto de que o jornalista é um propagador da realidade aonde “a publicitação e a verdade são o ar e a luz da existência” (TRAQUINA, 2012, p. 130).

Tal identidade não acompanha à evolução das teorias do jornalismo, das teorias da linguagem e de outras tantas teorias que questionam a capacidade de se reproduzir a realidade *ipsis litteris*. É, de igual modo, questionável pensar um jornalismo cuja única função seja manipular aos leitores através da pregação/demonização de uma ideologia, afinal, tal existência basear-se-ia no maniqueísmo que, para existir, pressuporia – como oposto deste – um jornalismo baseado “na ideia nostálgica de um saber transparente e livre do erro e da ilusão” (AGUIAR, 2007, p. 8).

A objetividade é “desejável”, mas seria ela – de fato – alcançável? Discutir tal conceito passa pela diferenciação entre informação e opinião, esta discussão passa pela conceituação da díade notícia/reportagem: “na notícia, o jornalista apenas informa; na reportagem, ele interpreta o fato, atribuindo-lhe causas, consequências, personagens, contexto, sabor de narrativa” (ABREU, 2006, p 72). Mas, mesmo em uma notícia, o valor *objetividade* seria – de fato – possível?

Desde a década de 50 (com a emergência da teoria do *Gatekeeper*), os teóricos do jornalismo vêm questionando este conceito e, por diversos fatores, descartando a possibilidade do jornalismo como “espelho da realidade” tal qual se cria nos primórdios do jornalismo enquanto profissão. Esses fatores têm origem nas relações sociais daquele(s) que produz(em) as notícias. Por isentos que sejam, os jornalistas trabalham guiados por axiomas pessoais, pensar de modo diferente seria excluir toda uma formação social do indivíduo ou, em uma leitura menos conservadora, negar-lhe o caráter de indivíduo; uma vez que “journalists

try hard to be objective, but neither they or anyone else can in the end proceed without values. Furthermore, reality judgments are never altogether divorced from values” (GANS, 1979, p. 39)⁹.

Quando se pensa, por exemplo, no âmbito da Teoria Organizacional (TRAQUINA, 2012), percebe-se que, ainda que fosse possível separar o indivíduo de suas idiossincrasias, existe todo um complexo administrativo-industrial que; mesmo deixando certa margem de discricionariedade para o profissional trabalhar; termina por moldá-lo de acordo com os valores que deseje/necessite propagar. Assim, a liberdade para espelhar a realidade através de seu texto estaria submetida a processos e interesses tão difusos que fogem à sua compreensão, sendo este - para além de sua vontade - uma peça de uma engrenagem composta por complexas relações de poder.

Segundo a *teoria organizacional*, as notícias são o resultado de processos de interação social que tem lugar dentro da empresa jornalística. O jornalista sabe que o seu trabalho vai passar por uma cadeia organizacional em que os seus superiores hierárquicos e seus assistentes têm certos poderes e meios de controle. O jornalista tem que se antecipar às expectativas dos seus superiores para evitar os retoques dos seus textos (trabalho suplementar para a organização) e as reprimendas – dos meios que fazem parte do sistema de controle, e que podem ter efeito sobre a manutenção ou não do seu lugar, a escolha das suas tarefas, e a sua promoção – quer dizer, nada menos do que a sua carreira profissional (TRAQUINA, 2012, p. 160).

Deste modo, observa-se que existem mais coisas a serem consideradas na produção de conteúdo informativo além da realidade objetiva. Atender aos leitores, aos interesses da corporação e moldar-se à perspectiva dos superiores imediatos são fatores que vão de encontro ao modelo identitário da profissão. Além destes, outros fatores precisam entrar nesta equação. Não se pode negar – por exemplo – a importância do fator econômico na produção jornalística que, não poucas vezes, limita a dimensão da produção para que a mesma se molde ao espaço deixado pela publicidade. Ao se ponderar acerca desta temática, é possível se pensar, também, na luta por audiência. Afinal, as receitas oriundas dos espaços publicitários são aumentadas ou diminuídas na medida em que mais ou menos pessoas os visualizam.

Outras teorias do jornalismo tratam da questão da objetividade, entretanto sua abordagem pouco acrescentaria ao andamento deste trabalho. Porém, para mencionar uma das teorias da linguagem, se faz necessária uma curta incursão pela teoria da argumentação.

⁹ Jornalistas tentam arduamente ser objetivos, porém nem eles nem ninguém podem proceder sem valores. Além disso, julgamentos da realidade nunca são totalmente divorciados de valores.

A teoria supracitada postula que a linguagem é uma sucessão de jogos intencionais entre as partes da comunicação que – conforme vão avançando no colóquio – vão encerrando e iniciando novos jogos argumentativos.

Se a linguagem falasse apenas à razão e constituísse assim uma ação sobre o entendimento dos homens, então ela seria apenas informação ou representação. Mas, ao mesmo tempo em que ela desprende o conjunto de relações necessárias à razão, também articula o conjunto de relações desejadas da vontade. Neste sentido, seu traço fundamental é o argumentativo, o retórico, o ideológico, porque é este traço que a apresenta, não como marca de uma diferença entre o homem e a natureza, mas como uma marca de diferença entre o eu e o outro, entre subjetividades cujo espaço de existência é a história de relações e transformações sociais (VOGT, 1989, p. 75.).

Se tal intencionalidade é dada à linguagem, o que dizer da atividade jornalística que tem a palavra como matéria prima? Ao escrever uma notícia, o escritor argumenta em favor de seu ponto de vista da realidade.

Assim, verifica-se a impossibilidade do jornalista ostentar o *status* de espelho da realidade, pois elementos internos e externos determinam a sua visão sobre determinado fato e a forma como irá transmiti-lo. O jornalismo ambiental, por não reivindicar para si tal característica, não pode ser tratado como um jornalismo de segunda classe, afinal se conduz de forma honesta e transparente em relação aos seus interesses.

3. Semiótica do discurso: conceitos elementares

A teoria semiótica se propõe a estabelecer sintaxe aos mais diversos grupos sígnicos que venham a formar um todo significativo. Assim, poderíamos defini-la como uma teoria da significação (GREIMAS e COURTÉS, 2008). Antes mesmo de receber esta nomenclatura, é possível observar nas mais diversas civilizações, a preocupação em estabelecer um método para analisar os signos (WALTER-BENSE, 2000).

A noção de enunciado como “toda grandeza dotada de sentido, pertencente à cadeia falada ou ao texto escrito anteriormente à qualquer análise linguística ou lógica” (GREIMAS e COURTÉS, 2008, p.168), nos permite compreender a amplitude do objeto de estudo da semiótica. Este enunciado passa da probabilidade à realidade através do processo de enunciação, resultando em um discurso.

A teoria semiótica do discurso estuda a enunciação em um processo gradativo: no *nível das estruturas fundamentais*, observamos as oposições, estas permitem aproximar e relacionar grandezas de maneira a iniciar o processo de construção do sentido; no *nível das estruturas narrativas*, o estudo das oposições fundamentais é aprofundado, buscando mostrar os valores da instância enunciativa, seja através da ação da própria instância ou de sujeitos projetados no discurso; por fim, no nível das *estruturas discursivas* é possível relacionar a instância da enunciação ao enunciatário e ao texto enunciado (BARROS, 2008).

Linguagem e discurso são, em essência, argumentação. O contrário disso pressuporia a possibilidade de se separar a instância autoral do discurso, negando seu caráter de indivíduo. Ao selecionar fragmentos, escolher a forma de transmiti-los e omitir determinados detalhes, a instância autoral está tentando convencer o enunciatário de seu ponto de vista da realidade. A luta do enunciador, portanto, tem por objetivo o fazer-criar:

Faz-se presente aqui a manipulação do enunciatário pelo enunciador: sendo a verdade um efeito de sentido (um parecer verdadeiro), sua produção advém de uma ação de “fazer parecer verdadeiro”, isto é, do emprego pelo enunciador de recursos que levem a verossimilhança do discurso a ser aceita pelo enunciatário como verdadeira, a partir de um acordo tácito, “em confiança”, que se instaura entre eles no discurso (SOBRAL, 2005, p. 125).

O processo de fazer-criar é uma atividade complexa, a própria semiótica compreende o enunciatário como uma instância independente o que leva o enunciador a se esmerar na busca por sua adesão, utilizando-se de uma série de dispositivos semióticos.

Outro recurso que precisa ser mencionado é a chamada *debreagem enunciativa*, esta ocorre quando a instância autoral dá voz a instâncias actanciais¹⁰ dentro do texto, dando-lhe o caráter de narrativa uma vez que este passa a simular um sujeito-espaço-tempo. Tal recurso busca dar legitimidade à voz da instância autoral; ainda que esta esteja, por vezes, oculta.

Por fim, é importante ressaltar a ideia de *percurso gerativo do sentido*. Em sua forma clássica, a narrativa é a representação da busca pela conjunção com o *objeto-valor* por parte de um *sujeito*. Este, para sair do estado disjuntivo, necessita adquirir as competências modais: *querer-fazer, dever-fazer, poder-fazer e saber fazer* (COELHO, 2005). Nesta busca, o sujeito pode ser auxiliado pelos *adjuvantes* ou por uma entidade chamada de “*destinador*”, que dota o sujeito das competências necessárias para entrar em conjunção com o seu objeto. Em posição

¹⁰ Segundo o dicionário de Semiótica, actante é aquele que pratica o acto. Ou seja, aquele que ganha vida ou voz em um discurso de modo a nos permitir visualizar o percurso narrativo. As relações actanciais, portanto, seriam as relações entre os diversos actantes dentro de uma narrativa (GREIMAS e COURTÉS, 2008).

diametralmente oposta está o *anti-sujeito*, que tem por função atrapalhar a trajetória daquele (MANCINI, 2005).

É elementar mencionar que a razão de ser do sujeito está nesta busca, pois, sem ela, o mesmo se encontra incompleto já que – em sua instância – há “fragmentos” do objeto. Assim, a necessidade de conjunção é – em última análise – a necessidade do sujeito se reencontrar consigo mesmo. Deste fato, advém o efeito que as narrativas que evidenciam tal percurso têm sobre o público.

Para conservar o elo de identidade – a relação de dependência entre sujeito e objeto, proveniente do fazer emissivo, Zilberberg propõe a relação “sujet/sub-objet” onde a partícula “sub-“, extraída de *subjectum*, já acusa a presença do sujeito na instância do objeto (TATIT, 2007, p.139).

A conjunção entre sujeito e sub-objeto; portanto; constitui a perfeição, a inexistência de vazios, a razão de ser destes dois actantes. Os recursos utilizados pelo sujeito, sua aquisição de competências modais, as relações com anti-sujeitos, anti-adjuvantes, adjuvantes e destinador(es) nos permitirão compreender o percurso gerativo do sentido.

O estudo de tais elementos no interior de um discurso permite que se chegue a possibilidades viáveis de interpretação por “aproximação de experiências” (TATIT, 2002, p.19) e – também – do(s) método(s) utilizado(s) pela instância autoral para mudar o estado de crença do enunciatário.

O jornalismo ambiental constitui uma teoria em construção, mas não um método de análise. Assim, a Semiótica do Discurso vem auxiliá-lo a esmiuçar o texto de modo a nos ajudar a situar o objeto de pesquisa dentro do segmento jornalístico em estudo.

Em um primeiro momento, estabeleceu-se o corte temporal; de setembro de 2014 à setembro de 2015; tais meses correspondem à ascendência e apogeu da crise hídrica no Sudeste. Em seguida, foram examinados os doze volumes da Revista Planeta; publicados no período; nos quais foram selecionadas as duas matérias que trataram do planejamento e da gestão de recursos hídricos e que, direta ou indiretamente, se relacionavam com a crise local. Após isto, aplicou-se o método semiótico nestas matérias, selecionando trechos que evidenciassem a direção apontada pela instância autoral e, por fim, destacamos a presença das funções informativa, educativa e política nos textos, assim como, outras características importantes do jornalismo ambiental, como aqueles a quem é dada/negada a voz.

4. Análise do Corpus

4.2 Como evitar o racionamento

A primeira matéria analisada, intitulada “Como evitar o racionamento”, foi escrita por Camilo Gomide e publicada na edição 505, em setembro de 2014. Nela, é tratada uma questão fortemente debatida no ápice da crise hídrica que assolou a Região Sudeste no ano de 2014: a possibilidade de estabelecimento de um sistema de rodízio de água. Politicamente desgastante, a medida foi evitada pelo governador paulista que se encontrava às vésperas da disputa de sua reeleição a despeito da recomendação do ministério público.

No nível das oposições fundamentais, a matéria opõe o sistema de racionamento ao que chamou de economia real. No que se refere às estruturas narrativas, é observável que, ao esmiuçar a primeira grandeza, a instância autoral se utiliza de dois artifícios: primeiro, a trata como um objeto de conjunção improvável; segundo, a expõe como o anti-sujeito da população em geral, em especial, dos de menor poder aquisitivo. No fragmento a seguir, é possível observar a supremacia da primeira grandeza sobre outros problemas de gravidade superior:

A rede de água de São Paulo possui tubos velhos e centenas de pontos de vazamento em fissuras e junções mal-feitas. Estima-se que exista uma perda de distribuição de água tratada entre 25% e 30%. Quando se corta o fornecimento de água, a pressão dentro dos canos secos torna-se menor do que a externa. Com isso, a água acumulada no subsolo, em geral contaminada por metais pesados, benzeno e outros poluentes, pode entrar no encanamento e acabar sendo arrastada para as residências quando o fluxo é retomado, ameaçando a saúde da população (GOMIDE, 2014, p.37).

É necessário observar que o fato grave de haver um desperdício de aproximadamente um terço da água tratada tem a função de, somente, “provar” que o governo do estado não estaria dotado das competências modais do poder-fazer e do dever-fazer racionamento de água.

Enquanto anti-sujeito, o racionamento pode agravar os vazamentos e o desperdício mencionados acima e induzir a população a gastar mais água na tentativa de armazená-la. Retroalimentando, assim, as disjunções da população com a quantidade razoável de água para as atividades diárias e o próprio governo do estado com a possibilidade de realizar

acionamento. O racionamento ainda pode deixar as populações mais pobres privadas de água por mais tempo do que os não-pobres, como se pode observar no trecho a seguir:

A tubulação é longa. Demora para a água chegar ao fim da linha. Com o racionamento, quando o fluxo for reaberto, muita gente vai querer puxar água, portanto ela pode se esgotar antes de alcançar os moradores mais afastados ou então chegar com pressão baixa. Quem está no extremo da linha pode acabar sofrendo com a seca além do tempo estipulado pelo rodízio (GOMIDE, 2014, p.38).

Para que a premissa fosse verdadeira, era necessário que todos os bairros nobres estivessem localizados no início da tubulação e todos os bairros pobres estivessem no final da mesma. No trecho do texto em que acusa o governo de fazer um “acionamento branco”, é afirmado que o fato é sentido nos bairros ricos e pobres. Regiões mais pobres tendem a receber menos obras de saneamento básico, o que reduz – de fato – a oferta de água, porém o argumento usado pela instância autoral desconsidera tal dado, assim como as altitudes dos bairros.

A outra grandeza, chamada de economia real, é reservado o honroso papel de destinador, dotando os usuários do sistema de um querer-economizar e os induzindo à busca de um saber-economizar: “Com o bônus, a economia é facultativa. Mas se o desperdício pesar no bolso do consumidor, ele entenderá que há uma crise e economizará¹¹”.

No que tange ao nível das estruturas discursivas, é possível verificar que a instância autoral lança a responsabilidade pela economia de água sobre o usuário comum, para tanto, são omitidos os dados relativos ao consumo agro-industrial e, a solução mais viável apresentada é induzi-lo à economia através de multa. Em seu trabalho de fazer-criar, a instância autoral apela para a latteização (BUENO, 2007), deixando de dar voz aos usuários do sistema, principais prejudicados na crise hídrica.

A matéria desconsidera, também, a bacia hidrográfica como unidade administrativa de um sistema de abastecimento (TUNDISI & MATSUMURA-TUNDISI, 2011), deixando de dar voz ao Comitê de Bacia responsável pelo sistema Cantareira¹². Assim, além de uma

¹¹ ibdem

¹² “Os comitês de bacias são colegiados regionais responsáveis pela definição das prioridades, dos programas e dos projetos, de acordo com as diretrizes gerais do Plano Estadual de Recursos Hídricos, aprovado pela CRH. Tais prioridades seriam o alvo de recomendação de uma gestão integrada dos recursos hídricos da bacia hidrográfica” (GARCIA & VALENCIO, 2003, p. 190).

priorização na voz acadêmica, são silenciadas vozes que teriam a contribuir com o debate acerca da (in)viabilidade de um racionamento de água.

A despeito da apresentação de alguns conceitos, é possível questionar a função pedagógica do texto já que o usuário é apresentado como um actante incapaz de compreender que há uma crise, apenas economizando depois de ser pecuniariamente coagido. Para além deste papel, a informação ambiental deve dotar o usuário de conhecimentos que o estimulem à participação no planejamento e na gestão dos recursos hídricos (TUNDISI & MATSUMURA-TUNDISI, 2011).

Em relação à função política, nas duas vezes em que a instância autoral menciona a debilidade do sistema diante do cataclismo, ressalta a atipicidade da estiagem, como podemos observar no fragmento a seguir: “Faltaria investimento em infraestrutura para suprir a demanda crescente da metrópole e enfrentar o cenário de falta de chuva. Não se pode, entretanto, desprezar a intensidade da seca atual do Sudeste, a maior registrada em 125 anos de medição” (GOMIDE, 2014, p. 39). Porém, mais do que relatar, a matéria exorta o leitor acerca da prioridade das políticas públicas relativas à água: “é preciso colocar a água entre as prioridades da agenda política, como já é feito há anos nos estados do Nordeste do Brasil” (IBDEM, Ibidem).

4.1 O custo oculto da água

A segunda matéria estudada, capa da edição 510, tem como título “O custo oculto da água”, foi escrita por Renata Valéria de Mesquita e publicada em Junho de 2015. Nela é abordado o tema do consumo de maneira holística, como aconselham os teóricos do Jornalismo Ambiental. Ao observarmos o nível das estruturas fundamentais, percebemos as oposições entre consumo direto e consumo indireto, políticas públicas atuais e políticas públicas ideais e – por fim - o paralelo entre o padrão de consumo atual e um padrão de consumo.

A instância¹³ enunciativa aponta na direção da conjunção sujeito/objeto tomando como valores o conhecimento [do que representa o consumo de cada produto], o estabelecimento de políticas públicas que reduzam a entropia no ciclo hídrico e, ainda, que os consumidores participem ativamente destas mudanças seja pela economia direta ou indireta da água. No

¹³ O termo instância deve ser compreendido como um “modo de presença” (GREIMAS e COURTÉS, 2008, p.168), visceral para o simulacro de um eu-aqui-agora em uma enunciação.

trecho abaixo, a instância autoral relaciona atividades do dia a dia com a produção industrial e ressalta a necessidade de conhecermos esta tão bem quanto conhecemos àquela.

Abrir a torneira, tomar banho e lavar a roupa definem o valor da conta de água. Mas o que poucos sabem é que a água está presente até na produção de um carro ou de um smartphone. Conhecer este caminho invisível é fundamental para o consumo consciente (MESQUITA, 2015 p.29).

Ao levantar esta questão, no trecho acima, a instância enunciativa aponta na direção do que há de mais moderno no que se refere ao planejamento e gestão de recursos hídricos, defendendo que a responsabilidade em relação à administração da água vai da fonte à torneira (TUNDISI & MATSUMURA-TUNDISI, 2011). Enquanto o senso comum lança a culpa da escassez sobre os usuários do sistema, a instância autoral a divide com a gestão pública e as grandes corporações, estas últimas, desenvolvendo o papel de anti-sujeito¹⁴ no discurso: “Ao lado do desmatamento da Amazônia e da poluição em grandes cidades, o uso da mineração compõe o trio das principais causas de escassez de água no Brasil” (MESQUITA, 2015, p.32).

Ainda no nível das estruturas narrativas, é observável o protagonismo que é atribuído ao consumidor. Ao invés do papel de vítima nas mãos dos interesses das grandes corporações ou, ainda, de meros espectadores do cataclismo a espera da benevolência de um destinador¹⁵, o usuário do sistema é dotado da competência modal do *poder-fazer*: “A obsolescência programada e o consumo são componentes de uma engenhoca. Boicotar é absolutamente eficiente no coletivo. Também é legal no individual, mas não temos tempo para isso” (MESQUITA, 2015, p.30).

Em suma, embora o usuário do sistema esteja em disjunção com um meio ambiente equilibrado, aquele se encontra dotado das competências modais do poder-fazer e do dever-fazer, destacando o papel de adjuvantes – como a *Water Footprint Network* – que se esforçam por datar o sujeito da competência modal do *saber-fazer*. Deste modo, a instância autoral mostra um usuário que necessita apenas do querer-fazer, para entrar em movimento na direção da conjunção com o seu objeto-valor.

No nível das estruturas discursivas, é possível observar – em primeiro lugar – o caráter informativo da matéria, para tanto a instância autoral se alterna entre sua própria voz e as vozes de especialistas e pessoas ligadas ao planejamento e gestão de recursos hídricos. Não se

¹⁴ O(s) anti-sujeito(s), em um percurso gerativo, podem ser compreendidos como os obstáculos que o sujeito encontrará na trajetória em direção ao seu objeto-valor (MANCINI, 2005, p.29).

¹⁵ O termo de *Destinador* refere-se ao actante que tem a função de dotar o sujeito de um *dever/querer/poder/saber* que lhe permita entrar em movimento para a sua meta (MANCINI, 2005, p.34).

pode falar em latteização; uma vez que – além dos acadêmicos – é ouvida a voz da sociedade civil, representada por Arpad Spalding; porém a voz do usuário comum é silenciada.

Ao buscar prover o enunciatário de conhecimentos suficientes para uma decisão consciente acerca do consumo, a instância autoral deixa transparecer seus objetivos educativos, afinados com o conceito moderno de sustentabilidade enquanto, antônimo do crescimento econômico a qualquer custo, conforme podemos notar no fragmento que se segue:

Quando abrem a torneira, tomam banho ou lavam a roupa, as pessoas definem o valor da conta no fim do mês, mas, ao comprarem itens de necessidade básica, ou não, estão tomando decisões ainda mais importantes sobre o seu consumo de água (MESQUITA, 2015, p.30).

Além da função pedagógica, evidenciada no trecho acima, não se pode deixar de observar o fato da instância autoral convidar o enunciatário para uma luta política contra o atual modelo de consumo. Assim fazendo, o discurso apresenta um sujeito capaz de enfrentar diretamente o anti-sujeito que lhe atrapalha o percurso em direção à conjunção com um meio ambiente equilibrado, como é observável no trecho que se segue:

[...] não se deve deixar de consumir uma laranja porque a fruta precisa de água para se formar. Mas pode se escolher um produtor que utilize sistema de gotejamento ou por vaporização na irrigação, já que essas técnicas reduzem a 30% e a 20%, respectivamente, o gasto de água em relação ao método intensivo (a jato) (MESQUITA, 2015, p.30).

Além da defesa de uma mudança de atitude com equilíbrio, evidenciada na citação acima, outro ponto que deve ser ressaltado na relação enunciador-enunciatário é a utilização de elementos comuns ao mundo deste na construção do discurso. Ao comparar o gasto de água da fabricação de refrigerante com o de um banho, a instância autoral pratica um fazer veridictório que representa “a inscrição pelo enunciador de marcas que permitam que o enunciado se deixe ler como verdadeiro/falso” (SOBRAL, 2005, p.127), na espera de um fazer epistêmico por parte do enunciatário que vem a ser “o controle da adequação do novo e desconhecido ao antigo e conhecido”¹⁶. Não há garantias de que a interpretação desejada pela instância autoral será aceita pelo enunciatário, porém se pode afirmar que aquele lança mão deste recurso para induzir a interpretação em determinada direção.

¹⁶ Ibidem

Abrangendo às funções informativa, educativa e política; a instância autoral se aproxima do modelo desejável de jornalismo ambiental (BUENO, 2008), declaradamente preocupado não só em relatar acontecimentos, mas em propagar ideias que provoquem mudanças de paradigma, já que: “a divulgação das notícias ambientais possibilita novas percepções sobre os impactos sentidos no dia-a-dia de nossas vidas e nos motiva a buscar alternativas para melhorias” (LOOSE, 2008, p. 292).

Ao apresentar os problemas da rede de distribuição, ao invés de render-se ao fatalismo, a instância autoral os aponta como obstáculos incômodos, porém transponíveis. Sua superação é, aliás, mostrada na enunciação como um dever-fazer: “Evitar perdas de água já tratada por vazamentos nas redes. É inadmissível perder essa água, em que já foi investido tanto” (MESQUITA, 2015, p. 30).

Utilizando-se de infográficos, a instância autoral traz o consumo industrial e agropecuário da água para o centro da discussão, tirando do usuário a alcunha de vilão sem, entretanto, isentá-lo de sua responsabilidade na preservação e uso racional dos recursos hídricos.

Embora se possa fazer uma crítica à latteização na escolha das fontes (BUENO, 2007), que – dentre outros problemas – nega a voz ao usuário comum do sistema, é imperativo que se leve em conta a importância do auxílio por parte da imprensa à comunidade científica no seu trabalho mostrar ao público a aplicação prática de suas pesquisas, conforme postula o que há de mais moderno na relação homem/meio ambiente:

Um dos papéis atribuídos à comunidade científica na *Agenda 21* é a responsabilidade de informar ao público em geral e às comunidades políticas sobre o que está acontecendo quanto à degradação ambiental, contribuindo com “notícias científicas”, a fim de tentar impedir mais destruição (FUNVIRAL & COSTA, 2003, p. 60).

Deste modo, mesmo se fazendo tal ressalva, não se pode negar o caráter de jornalismo ambiental da matéria, afinal, seu discurso aponta para um tipo de desenvolvimento que não leva em consideração apenas os fatores econômicos, antes – ao postulá-lo – aponta na direção do bem estar da geração atual e das gerações futuras, proporcionando o que se chama de “perenização da espécie”.

4. À Guisa de conclusão

Situando o corpus no recorte temporal, foi possível observar certa lacuna acerca de um tema tão relevante e presente na vida do cidadão comum. Às três funções do jornalismo ambiental (informativa, educativa e política), aliadas à vivência de uma situação de escassez, poderiam ter seu efeito catalisado e trazer benefícios incomensuráveis ao planeta.

As funções do jornalismo ambiental são atendidas com poucas ressalvas o que, se por um lado mostra que ainda há o que evoluir, nos permite afirmar que não se trata de um texto que tenha pretensões somente informativas. Em alguns momentos faltou ênfase e mesmo entusiasmo pelo tema, dando a impressão que o conhecimento acerca do tema era limitado. Tal superficialidade é inadmissível em um veículo dito especializado.

É necessário, ainda, que se comente que conceitos como os de ciclo hídrico, bacia hidrográfica¹⁷, comitês de bacia¹⁸ e planos de bacia¹⁹ – fundamentais para a compreensão do problema e de mecanismos para solucioná-lo – não foram tratados nas matérias, de modo a não se ficar aquém das possibilidades que o tema permite.

Embora sejam inegáveis alguns traços de jornalismo ambiental, é possível perceber que ainda há a predominância da latteização e conseqüente silenciamento da sociedade civil representada pelo usuário comum. Este precisa ser alertado acerca de seu papel de protagonista na gestão dos recursos naturais. Afinal: “para qualquer bem que tenha uso direto ou indireto para o homem, é fundamental o trinômio: *conhecer-divulgar-aproveitar*: o conhecimento preciso, a ampla divulgação e o aproveitamento racional e democrático” (BERBERT, 2003, p. 92).

Este sujeito-usuário do sistema de abastecimento, precisa compreender como adquirir as competências modais para a obtenção de um meio ambiente equilibrado e – no nosso caso específico – com a quantidade de água diária necessária para a realização de suas atividades. Neste percurso, ele é sujeito ativo e precisa ser mostrado como tal.

Assim, observamos que há uma inclinação no sentido de se fazer jornalismo ambiental. Este esforço, embora não tenha produzido resultados plenos, mostra um veículo que está no caminho correto. Feitas as devidas ressalvas, pode-se afirmar que as matérias em estudo se prestam ao papel de promover uma cidadania planetária.

¹⁷ Unidade de planejamento e gestão de recursos hídricos (TUNDISI & MATSUMURA-TUNDISI, 2011).

¹⁸ “Os comitês de bacias são colegiados regionais responsáveis pela definição das prioridades, dos programas e dos projetos, de acordo com as diretrizes gerais do Plano Estadual de Recursos Hídricos, aprovado pela CRH” (GARCIA & VALENCIO, 2003, p. 190).

¹⁹ “documentos norteadores e instrumentos de planejamento e articulação das ações dentro das bacias, contemplando metas, propostas e soluções para a recuperação da maioria dos problemas levantados, devendo sempre representar os interesses dos diversos setores usuários da água” (GARCIA & VALENCIO, 2003, p. 189).

Referências Bibliográficas

ABREU, Miriam Santini de. **Quando a palavra sustenta a farsa: o discurso jornalístico do desenvolvimento sustentável**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006

AGUIAR, Leonel Azevedo de. **Ensinar as práticas a partir da Teoria do Jornalismo: uma proposta pedagógica**. Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo. Brasília, v. 1, n.2, p. 3-29, ago./nov. 2007

BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Teoria semiótica do texto**, São Paulo, Ática, 2008

BARTHOLLO JR, Roberto S; BURSZTYN, Marcel. **Prudência e Utopismo: Ciência e Educação para a Sustentabilidade**. In: BURSZTYN, Marcel (org.) 2. ed. São Paulo: Cortez/UNESCO, 2001.

BUENO, Wilson da Costa. **Comunicação, jornalismo e meio ambiente: teoria e pesquisa**, São Paulo: Majoara Editorial, 2007

BUENO, Wilson da Costa. **Jornalismo ambiental: explorando além do conceito** In TOURINHO, Ilza Maria; GIRARDI, Regis Toni Schwaab; MARCONDES, Adalberto Wodianer et al. **Jornalismo Ambiental: desafios e reflexões**, Porto Alegre: Dom Quixote, 2008

CHRISTOFOLETTI, Rogério. **Ética no Jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2008

DORNELLES, Beatriz. O fim da objetividade e da neutralidade no jornalismo cívico e no ambiental In TOURINHO, Ilza Maria; GIRARDI, Regis Toni Schwaab; MARCONDES, Adalberto Wodianer et al. **Jornalismo Ambiental: desafios e reflexões**, Porto Alegre: Dom Quixote, 2008

FROME, Michael. **Green ink: uma introdução ao jornalismo ambiental**. Curitiba: Editora UFPR, 2008

GANS, Herbert J. **Deciding what's news: a study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek and Time**. New York: Random House, 1979

GARCIA, Argentina Carlota Moreira do Carmo; VALENCIO, Norma Felicidade Lopes da Silva. **Gestão de recursos hídricos no estado de São Paulo: obstáculos técnicos, políticos à sustentabilidade das práticas decisórias em comitês de bacias** In MARTINS, Rodrigo Constante; VALENCIO, Norma Felicidade Lopes da Silva (orgs). **Usos e gestão dos recursos hídricos no Brasil**, v.2, São Carlos: RiMa, 2003.

GOMIDE, Camilo. **Como evitar o racionamento** in Revista Planeta, Edição 505, São Paulo-SP: Editora Três, 2014.

GREIMAS, A. J. e COURTÉS, J. **Dicionário de Semiótica**, São Paulo, Contexto, 2008

JONAS, Hans. A natureza modificada pelo agir humano. In **O princípio Responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica**, Rio de Janeiro: Contraponto 2006

LEFF, Enrique. **Discursos sustentáveis**. Tradução de: Silvânia Cobucci Leite. São Paulo: Cortez, 2010

- LOOSE, Eloísa Beling. Matérias ambientais na Folha de S. Paulo: do manual à teoria da noticiabilidade In TOURINHO, Ilza Maria; GIRARDI, Regis Toni Schwaab; MARCONDES, Adalberto Wodianer et al. **Jornalismo Ambiental: desafios e reflexões**, Porto Alegre: Dom Quixote, 2008
- MANCINI, Renata Ciampone. Relampio In. LOPES, Ivã Carlos e HERNANDES, Nilton (orgs). *Semiótica: objetos e práticas*. São Paulo: Contexto, 2005.
- MESQUITA, Renata Valério de. **O custo oculto da água** in Revista Planeta, Edição 510, São Paulo-SP: Editora Três, 2015.
- NETTO, Samuel Pfromm. *Telas que ensinam: Mídia e aprendizagem; do cinema ao computador*. Campinas: Alínea, 1998.
- SOBRAL, Adail Ubirajara. **A relação entre enunciador e enunciatário num discurso de Plínio Salgado** In. LOPES, Ivã Carlos e HERNANDES, Nilton (orgs). *Semiótica: objetos e práticas*. São Paulo: Contexto, 2005.
- TATIT, Luis. *Semiótica da canção: Melodia e letra*, São Paulo, Editora Escuta, 2007
- TATIT, Luis. *O cancionista: composição de canções no Brasil*, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2002
- TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo: por que as notícias são como são**. V. 1. Florianópolis: Insular, 2004
- _____. **Teorias do Jornalismo: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional**. V. 2. Florianópolis: Insular, 2008
- TUNDISI, José Galizia; MATSUMURA-TUNDISI, Takako. **Recursos hídricos no século XXI**, São Paulo: Oficina de textos, 2011.
- WALTHER-BENSE, Elisabeth. **A teoria geral dos signos**. São Paulo, Perspectiva, 2000

Sites Consultados

- Editora Três. Disponível em < <https://www.assine3.com.br/revista/planeta> >. Acesso em: 08 de setembro de 2016.
- Revista Planeta. Disponível em <<http://www.revistaplaneta.com.br> Acesso em: 08 de setembro de 2016.